

CARTA DO PRESIDENTE

Aproveitem este canal

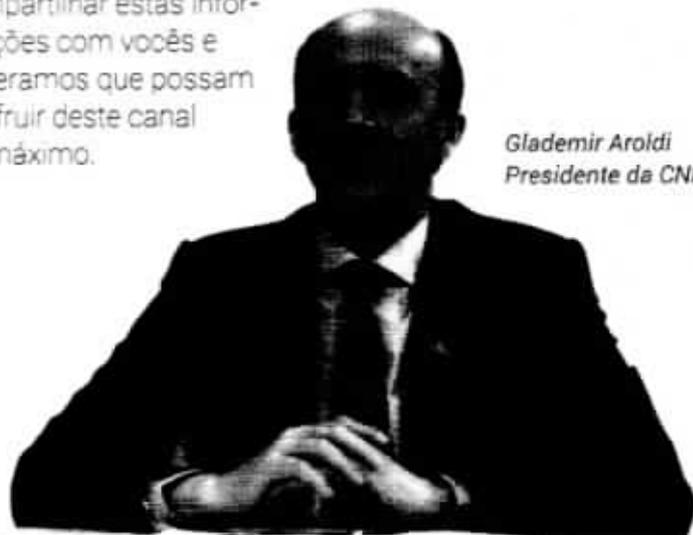
A Confederação Nacional de Municípios (CNM) sempre teve sua atuação voltada para a melhoria e a qualidade da gestão dos Municípios. Em toda nossa história defendemos insistentemente a autonomia do poder local.

O Boletim de Finanças Municipais – Monitor é um canal de comunicação com uma das áreas mais importantes e sensíveis da administração, que é a responsável pelas receitas e despesas, com isso pretendemos que este instrumento de comunicação possa auxiliar nossos gestores.

Temos a cada edição um novo tema referente à arrecadação sendo abordado de forma mais aprofundada, mas também vamos apresentar outros temas importantes, boas práticas e matérias relevantes tramitando no Congresso Nacional.

O mais importante é que temos uma estimativa da arrecadação a cada bimestre dos principais tributos municipais, o ISS, o ITBI e o IPTU, por meio de uma metodologia desenvolvida pela CNM e com o apoio de um grupo predeterminado de Municípios que nos informam sua arrecadação mensal.

Nos sentimos orgulhosos de poder compartilhar estas informações com vocês e esperamos que possam usufruir deste canal ao máximo.



Glademir Aroldi
Presidente da CNM

VALE A PENA CONHECER

A receita de Jaru



A MODERNIZAÇÃO DA FAZENDA PÚBLICA DE JARU/RO: COMO PREFEITURA CONQUISTOU UM RESULTADO SATISFATÓRIO COM A ARRECADAÇÃO PRÓPRIA

A Prefeitura de Jaru (RO) conquistou nos últimos dois anos resultados importantes com a modernização da fazenda pública municipal, desde a fase da produção da nova legislação até a fiscalização *in loco*. O Prefeito João Gonçalves Silva Júnior e o Secretário de Administração, Planejamento e Fazenda, João Paulo Montenegro de Souza ressaltam que para o bom resultado da fazenda pública, também foi primordial o poder de atuação das equipes, sem interferência política.

O projeto teve início em agosto de 2017 com o apoio do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia por meio do Programa de Modernização e Governança das Fazendas Municipais do Estado de Rondônia e do Desenvolvimento Econômico-Sustentável dos Municípios (Profaz)

Com a confecção do novo acervo da legislação tributária, acompanhado da contratação de novas ferramentas para atualização imobiliária, foram traçados os primeiros passos para uma mudança necessária do ponto de vista técnico e primordial diante do cenário econômico em que a gestão encontrou as finanças públicas ao assumir o mandato.

Com a promulgação de novas leis, o Município realizou o **georreferenciamento** ferramenta que atualizou mais de 1,2 milhão de metros quadrados de imóveis junto à Divisão de Cadastro do Município. Resultado: o valor de lançamento do IPTU cresceu sem a necessidade de alteração na alíquota, em razão de que muitos contribuintes, ao longo dos anos, promoveram reformas, ampliações e novas construções sem manter o fisco municipal atualizado. Com a ajuda do GEO, a atualização cadastral da área do imóvel levou a um aumento de 51,62% em 2017 e 30,39% em 2018.

Diferente do valor lançado foi o valor efetivamente recebido nos cofres públicos vindo da receita do IPTU. Além da entrega em tempo hábil do carnê na residência do contribuinte, foi inserida a possibilidade de parcelamento em até três vezes ou desconto de 10% em cota única.

A utilização de **cobrança extrajudicial** durante o exercício, 60 dias após a data de vencimento da última parcela, cooperou com a redução da inadimplência. O IPTU recebido em 2018 alcançou a marca superior a R\$ 4 milhões, um terço a mais do que 2017 (R\$ 2,9 milhões) e quatro vezes a de 2016 (R\$ 953 mil).

Na dívida ativa, os números saltaram de pouco mais de R\$ 870 mil, em 2016, para mais de R\$ 1,9 milhão em 2018. Os gestores atribuem esse aumento ao novo processo de cobrança de débitos adotado pela prefeitura. A dívida ativa começou a ser cobrada com protesto em cartório (Serasa), do ano anterior ao exercício atual, diferentemente do usual em outras gestões

que protestavam apenas o último ano antes da prescrição de cinco anos.

A utilização do Poder Judiciário para execução fiscal foi estendida em razão de os débitos acima de R\$ 600 serem cobrados por esse meio.

Uma consequência da efetividade da cobrança do estoque da dívida ativa é a redução da inadimplência do IPTU, em 31 de dezembro de 2016 foi 69,43%, enquanto no fim de 2018 registrou 32,83%.

O Imposto sobre Serviço de Qualquer Natureza (ISSQN) obteve mais abrangência com a **nova legislação** havendo um só normativo para o assunto. Esse avanço trouxe ao setor responsável pela fiscalização procedimentos definidos no trato com auditoria fiscal e regime especial de fiscalização, antes não contemplados. Outro elemento importante foi a **regulamentação da cobrança de ISS** para alguns tipos de autônomos. Essas mudanças fizeram com que a administração realizasse um curso de auditoria fiscal voltado aos fiscal tributários, com o objetivo de orientá-los na correta aplicação da lei e na observância nos procedimentos de fiscalização.

De 2016 a 2018, o ISS cresceu 20,64% de R\$ 4 milhões para R\$ 4,8 milhões.

Graças à atualização da tabela de referência, o imposto de Transmissão de Bens Imóveis (ITBI), em 2018, chegou a R\$ 1,5 milhão, um aumento de 36,49% sobre 2016 e 64,03% sobre 2017. Por meio de uma comissão de avaliação criada para este fim, a tabela foi atualizada e a mesma comissão realiza em todas as emissões de ITBI vistoria **in loco** para conferência dos valores e certificação da solicitação realizada pelo contribuinte.

Ao todo, a arrecadação própria em 2018 alcançou R\$ 20.349.048,29. O Município concluiu os exercícios de 2017 e 2018 com certa tranquilidade no panorama orçamentário e financeiro, podendo realizar diversas ações de infraestrutura, com um curso próprio.

